

A DONA ENJEITADA: ABANDONO DE CRIANÇAS, MOBILIDADE E HIERARQUIAS SOCIAIS (MINAS GERAIS, SÉCULO XIX)

Mateus Rezende Andrade

Post-doctoral Fellow,
History Department, Faculty of Arts,
University of Guelph, Canada
mateus.rezende@gmail.com

Resumo: A trajetória de vida de uma criança abandonada demanda uma série de reflexões sobre a estruturação de sistemas relacionais em sociedades altamente hierarquizadas. Ao envolver a casa de um grande proprietário de escravos, possibilita, ainda, ponderar sobre as negociações ocasionadas por um contexto no qual a mobilidade social era parte da norma vigente. Assim, este artigo traz algumas considerações sobre a reprodução social e o papel desempenhado pela família no passado brasileiro.

Palavras-chave: expostos; família; hierarquias sociais; mobilidade; compadrio.

**THE FOUNDLING LADY: CHILD ABANDONMENT, MOBILITY AND SOCIAL
HIERARCHIES (MINAS GERAIS, 19TH CENTURY)**

Mateus Rezende Andrade

Post-doctoral Fellow,
History Department, Faculty of Arts,
University of Guelph, Canada
mateus.rezende@gmail.com

Abstract: The life story of an abandoned child demands a series of reflections on the structure of relational systems in highly hierarchical societies. By involving the property of a large slave owner, also allows examine the negotiations caused by a context in which social mobility was part of the current regulations. Thus, this article offers some thoughts on the social reproduction and the role of the family in the Brazilian past.

Keywords: exposed children; family; social hierarchies; mobility; godparentage.

No domingo, dia 24 de fevereiro de 1822, o Alferes Francisco Dias da Costa, como devia ser-lhe de costume, dirigiu-se à Matriz do arraial de Piranga. Entretanto, neste dia, não participou somente da celebração da Missa, mas, também, do rito batismal de Teresa, no qual atuou como padrinho, juntamente com sua esposa Dona Francisca de Paula e Lana, como já tinham sido em outros quatro batismos. Além destes, em outros três batismos o Alferes Francisco foi nomeado com outras madrinhas e em uma ocasião Dona Francisca atuou junto com outro padrinho que não o seu esposo.

Apesar de todos estes oito sacramentos batismais em que um dos dois cônjuges eram nomeados padrinhos terem ocorrido na mesma Matriz e em seis destes batismos o padre ter sido o mesmo que batizou Teresa, muito provavelmente no dia 24 de fevereiro de 1822 vivenciaram uma nova experiência. Pois, afora ter sido o primeiro sacramento realizado num domingo, a escolha do dia pode estar atrelada ao fato que na ocasião não só carregaram a criança da porta da igreja à pia batismal, mas, por um caminho muito mais longo e sinuoso que partia da porta de casa, e envolvia a trajetória de vida passada e futura do casal. Isto porque, semanas ou meses antes, Teresa foi abandonada na casa do Alferes Francisco Dias da Costa.¹

Prática disseminada no passado colonial e imperial, o abandono de crianças em portas alheias pode, em parte, ser explicado pela ausência de rodas de expostos na maioria das vilas do passado brasileiro, à qual se soma a omissão e incapacidade das câmaras municipais, carentes de verbas e políticas assistencialistas eficientes. (BACELLAR, 2001, p. 185). Assim, este tipo de abandono, era por vezes, a única possibilidade de sobrevivência, e de receber importantes cuidados, dos filhos de pais que se julgaram impossibilitados à criação destas crianças.

Cabe notar que o arraial de Piranga pertencia juridicamente a Vila de Mariana (a qual, não tinha roda de expostos), de onde se distava algumas léguas e possivelmente, mais longe ainda do campo de ação das políticas públicas de sua câmara municipal.² Deste modo, a análise que parte deste sacramento batismal da enjeitada Teresa se junta à complexa tarefa de compreender o abandono no passado brasileiro não pela ótica institucional da exposição, já

¹ Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEAM), Paróquia de Piranga, Livro de batismo nº 3, p. 284.

² Sobre práticas de criação dos expostos em áreas afastadas dos centros urbanos mineiros, ver: VENÂNCIO, 2000; DAMASCENO, 2011.

que se trata de uma região onde estas instituições tinham um difícil acesso, portanto, tornando a assistência a estas crianças muito custosa ou mesmo inexistente.

Por fim, como escreveu Bacellar, acerca destas áreas distantes, “desconhece-se como estas crianças se inseriam na sociedade, como eram aceitas ou não, como eram estigmatizadas ou não, o quanto se integravam no domicílio em que eram criadas” (BACELLAR, 2001, p. 186). Assim, este artigo vem se juntar aos que perguntam: conseguiriam estas crianças sobreviver ao abandono? Se resistiram as mazelas do enjeitamento e a alta mortalidade infantil, qual foi o grau de integração das mesmas às famílias e comunidades acolhedoras? Como bem observou Ana Silvia Volpi Scott em coautoria com Carlos Bacellar, “estas interrogações são as que mais desafiam os historiadores: a sobrevivência e a integração dos expostos” (SCOTT; BACELLAR, 2010, p. 60). Finalmente, a partir destas indagações e da análise da trajetória de uma destas crianças abandonadas, lançam-se novos problemas que permitem refletir acerca das hierarquias e mobilidades sociais, bem como sobre estratégias de sucessão, herança e reprodução social.

Teresa domicílio adentro

Acompanhar a trajetória de uma criança abandonada não é tarefa fácil, pois, além das altas taxas de mortalidade que acometiam toda a infância (MARCÍLIO, 1998; PRIORE, 1999), os enjeitados ainda eram sobreviventes de alto risco: pois, enfrentavam um conjunto adicional de perigos que lhes acometiam desde a gestação ao parto, mazelas vinculadas a necessidade de esconder a gravidez, tentativas de aborto, condições precárias ao nascer e do local de abandono (SCOTT; BACELLAR, 2010).

Entretanto, muitos trabalhos têm servido como importantes modelos para se acompanhar esta população que facilmente pode estar fadada ao esquecimento. Ao cunharem métodos da demografia histórica e técnicas de análise da micro-história, o já citado livro de Carlos Bacellar (2001), as dissertações de André Luiz Cavazzani (2005) e Jonathan Fachini da Silva (2014), reconstruíram trajetórias que iluminam caminhos àqueles que topam a empreitada de conhecer o universo social do abandono de crianças.

No ano de 1830, o governo provincial mineiro encomendou um grande recenseamento nominativo por domicílio em cada distrito de paz, vindo a ser uma das mais ricas documentações para se conhecer o passado social, econômico e demográfico de Minas Gerais

(PAIVA; ARNAUT, 1990). Estima-se que o índice de resposta ao censo tenha ultrapassado a cifra dos 60%, portanto, um rico *corpus* documental com um valor inestimável (RODARTE, 2012).

Entre os anos de 1831 e 1832, onze distritos de paz, com capelas filiadas a Matriz de Piranga, enviaram suas listagens ao governo provincial, onde constam o nome, sexo, idade, qualidade (branco, pardo, africano, cabra, crioulo, preto), estado civil (casado, solteiro, viúvo), condição (livre, escravo, forro) e ocupação, de cada um dos 10.964 habitantes resididos em 1.664 domicílios.

Numa busca atenta por esta documentação, encontrou-se um domicílio chefiado por Francisco Dias da Fonseca Costa, casado com Francisca de Paula Lana, também habitante deste domicílio. Apesar da diferença na forma como os nomes aparecem transcritos no registro de batismo de Teresa, não resta dúvida se tratar do casal que a acolheu e apadrinhara no ano de 1822, principalmente, por se somar aos seus nomes um terceiro habitante recenseado com o nome de Teresa Felicíssima, branca, solteira, livre, 9 anos de idade.

Pela estrutura desta listagem nominativa, supõe-se que Teresa, portas adentro, fora criada como filha do casal a ponto de ser assim reconhecida pelo recenseador e, possivelmente, pela comunidade em que vivia. Sustenta-se esta hipótese, ainda, tendo em vista a posição de seu nome na documentação (logo abaixo do chefe do domicílio e sua esposa), a mesma que os conhecidos filhos legítimos ocupavam em outros domicílios e não abaixo dos escravos, local comumente guardado para outros indivíduos livres, os chamados agregados, que coabitavam o domicílio.

Esta estrutura se reproduziu no domicílio de Francisco Dias da Fonseca Costa. Os três primeiros domiciliados listados foram o chefe, sua esposa e a exposta Teresa. Abaixo destes, 27 cativos – dentre os quais 20 eram homens e 7 mulheres – e por último, dois casais agregados, o feitor Jeremias Dias de Lana, 29 anos, branco, casado com Maria Lourença, branca, 21 anos e o carpinteiro Venâncio Dias, 31 anos, pardo, casado com Maria do Carmo, parda, 17 anos de idade.

Apesar de pouco se conhecer a infância de Teresa, saber que ela sobreviveu ao abandono e, possivelmente, integrada como parte da família que a acolheu e bem aceita em

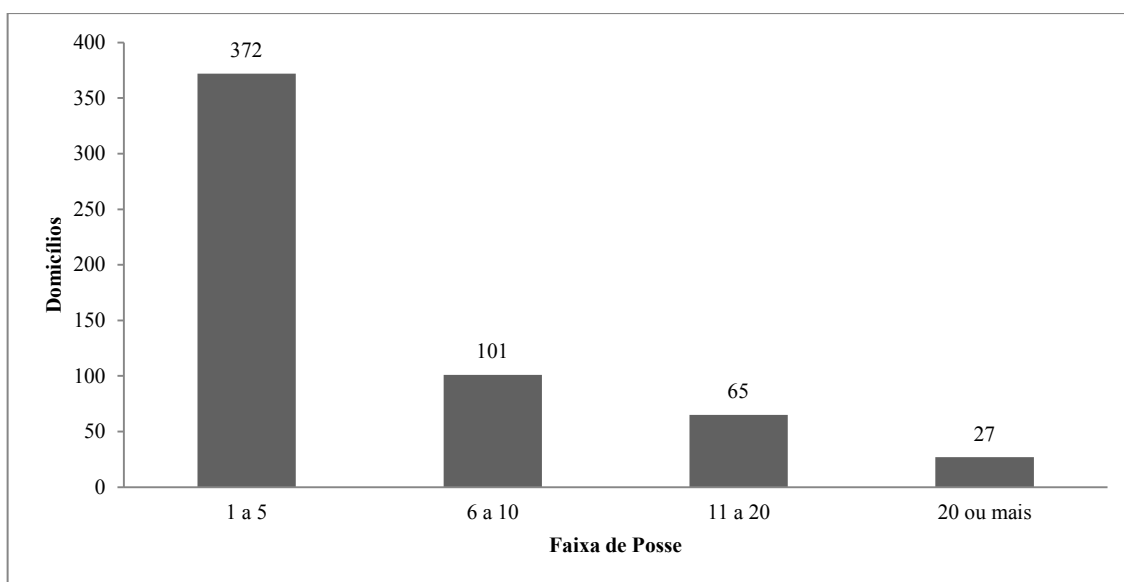
sua comunidade, já coloca sua trajetória de vida em outro patamar da pesquisa historiográfica, possibilitando a reflexão sobre hierarquias e a mobilidade social no passado brasileiro.

O domicílio, seu chefe e o arraial

Francisco Dias da Costa não era só mais um proprietário de escravo dentro do seu universo socioeconômico. Num contexto mais amplo da escravidão em Minas Gerais, onde as posses eram caracterizadas por pequenos números de cativos por senhor (MARTINS, 1980; LIBBY, 1988; BOTELHO, 1997), os 27 escravos em sua propriedade já seriam de grande evidência, maior ainda, por se tratar de uma região de pouco destaque na historiografia mineira (CARRARA, 2007).

Domicílios abastados eram os mais procurados pelos pais que abandonaram seus filhos (CAVAZZANI, 2005; BRÜGGER, 2006), sob a esperança de que pudessem alcançar melhores condições de vida e eventualmente, dotes, esmolas e heranças. Outra possibilidade explicativa da preferência reside na hipótese de que muitas crianças abandonadas eram filhos de gente abastada que encontravam no enfeitamento em portas de familiares uma maneira de conviver com o filho sem precisar assumir a paternidade (BACELLAR, 2001).

Gráfico 1 – Domicílios por faixa de posse, freguesia de Piranga, Minas Gerais (1831).



Fonte: Arquivo Público Mineiro (Arquivo Público Mineiro). Listas Nominativas, 1830. Disponível em: www.poplin.cedeplar.ufmg.br, acesso em 4 de agosto de 2015.

Pelo Gráfico 1 pode-se ver que a posse de Francisco Dias da Costa estava entre as maiores dentre todos os 11 distritos recenseados e que compunha o seletor grupo dos maiores proprietários de escravos. Ao todo, estes 27 proprietários eram senhores de 1.052 cativos dos 3.528 totais recenseados. Portanto, o domicílio em que Teresa fora exposta, integrava o restrito grupo dos 4,78% dos senhores, proprietários de 29,82% dos escravos da região.

O lugar social do Alferes Francisco Dias da Costa também pode ser escrutinado pelas relações de apadrinhamento que firmou. Nenhum assento de batismo onde ele e sua esposa eram os pais se encontrou na documentação: portanto, foi um casal que por diversos e desconhecidos motivos não gestaram uma criança. Foram sim, recorrentemente escolhidos como padrinhos sem nunca escolher seus compadres. Contudo, apesar de não estarem imersos numa lógica do dom e contra dom na prática do compadrio, onde filhos eram objetos da troca relacional (VENÂNCIO; SOUSA; PEREIRA, 2006), foram um dos casais que mais apadrinharam em sua localidade.

Tabela 1 – Legitimidade dos afilhados do casal Francisco Dias da Costa e Francisca de Paula e Lana, Matriz de Piranga – 1812 - 1837

Ano	Legitimidade					
	Legítimo		Natural		Exposto	
	Esposo	Esposa	Esposo	Esposa	Esposo	Esposa
1812	0	0	1	0	0	0
1817	2	1	0	0	0	0
1818	1	1	0	0	0	0
1821	3	3	0	0	0	0
1822	0	0	0	0	1	1
1826	1	2	0	0	0	0
1831	1	1	0	0	0	0
1832	1	1	0	0	0	0
1833	1	1	1	1	0	0
1835	0	2	0	0	0	0
1836	1	2	0	0	0	0
1837	0	2	0	0	0	0
Total	11	16	2	1	1	1

Fonte: Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana – Paróquia de Piranga; Arquivo da Casa Paroquial de Piranga – Livros de batismo.

Apesar da evidente maioria dos filhos legítimos – nascidos de uniões sacramentados pela Igreja – entre os seus afilhados, isto não quer dizer que se relacionavam somente entre os estratos mais elevados da hierarquia social. Entre os seus compadres, além daqueles comumente com a cor/origem omitida pelo pároco responsável pela realização do assento de batismo, três pais e duas mães foram declarados crioulos, uma mãe declarada benguela e três casais foram expressamente declarados brancos.³

Importante destacar que todos estes pais que foram declarados brancos eram compadres com alguma patente militar declarada: Tenente, Capitão e Capitão-Mór – todas elas, acima da patente de Alferes, detida por Francisco Dias da Costa. Contudo, não só estes brancos compadres eram os compadres militares do casal que criou Teresa. Além deles, outro Capitão, sem cor/origem declarada, escolheu o casal como padrinhos de sua filha Ana, batizada no dia 17 de fevereiro de 1836, na mesma Matriz de Piranga.

No assento de batismo que resultou deste rito, muito mais atrativo que os títulos nobiliárquicos, patentes militares e cor/origem declaradas ou omitidas, são os nomes dos pais da criança batizada. O tal Capitão sem cor/origem declarada era Jeremias Dias de Lana, o mesmo homem que cinco anos antes, na lista nominativa de 1831 fora recenseado agregado, juntamente com sua esposa Maria Lourença, ao domicílio de Francisco Dias da Costa, onde era feitor. Entretanto, em 1836, ao batizar sua filha, estava casado com outra mulher: Dona Teresa Felicíssima de Jesus.

Provavelmente, ao enviuvar-se, tendo mostrado seu valor e estima a Francisco Dias da Costa, tornou-se um bom esposo à “filha de criação”, a partir de onde se começa a delimitar os contornos da hipótese de que a enjeitada Teresa era mais do que uma criança abandonada em porta alheia, mas, talvez, uma paternidade velada na porta de casa.

O casal Alferes Francisco Dias da Costa e Dona Teresa de Paula e Lana, além de terem acolhido e criado a criança, muito provavelmente, arranjaram-lhe um casamento ou, no mínimo tiveram ativa participação nesta trama matrimonial, como se verá. Apesar disso, destaca-se outro ponto à hipótese supracitada: a idade do casal na data do enfeitamento. No

³ Tradicionalmente a historiografia e estudos de demografia histórica têm tratado as omissões de cor/origem como indivíduos brancos. Entretanto, estudos mais recentes que tratam das áreas da fronteira meridional do Brasil, tem chamado a atenção para a importância em se buscar os raramente declarados brancos, como estratégia em se compreender a reprodução de hierarquias e não omitir esta forma de distinção social. Ver: FARINATTI, 2012; FARINATTI, VARGAS, 2014; FARINATTI e MATHEUS, 2015.

recenseamento de 1831, Francisco tinha 59 anos e Francisca 47, portanto, apesar do assento de batismo não mostrar a idade dos mesmos, cruzando as duas documentações, estima-se esta informação e constata-se que no início da década de 1820 já estavam em idade avançada para o período e acima da média de idade ao nascimento do primeiro filho (MARCÍLIO, 1986; BACELLAR, 2001; RODARTE, 2012). Além do mais, pode-se supor que em vista do vasto efetivo escravo do casal, amas de leite não seriam um problema. Por exemplo, na mesma listagem de 1831, além de Teresa, com 9 anos, outras cinco crianças cativas, com idades entre 3 e 10 anos também foram listadas no domicílio chefiado por Francisco Dias da Costa.

A Dona enjeitada e o feitor Capitão

A história de Dona Teresa Felicíssima de Jesus e do Capitão Jeremias Dias de Lana certamente foram mais comuns do que hoje se conhece sobre o assunto. Entretanto, agentes que caminham pelas bordas da ordem social galgando ascensão e mobilidades na hierarquia socioeconômica se encontram nos chamados *avessos da memória* (FIGUEIREDO, 1993), que por vezes ocultam as linhas de suas tessituras. Não fosse o avançado *estado da arte* de métodos cada vez mais inovadores da demografia histórica e de técnicas da microanálise, a trajetória deste casal não seria evocada como um caso para se discorrer sobre mobilidades e hierarquias sociais.

Criada sob os auspícios de um grande proprietário da elite escravista de sua comunidade, Dona Teresa Felicíssima de Jesus, ao contrair matrimônio, dava início a uma nova fase em seu ciclo vital. Além de ter deixado para trás a sua categoria de enjeitada – a qual era legalmente desprezada ao se casar (BACELLAR, 2001) – e ter incorporado o distintivo Dona, no batismo de sua segunda filha, um ano depois em que batizara a primeira, foi expressamente declarada branca, assim como seu esposo. Parecem estar certos aqueles autores que chamaram a atenção para a distinção daqueles agentes históricos declarados brancos.

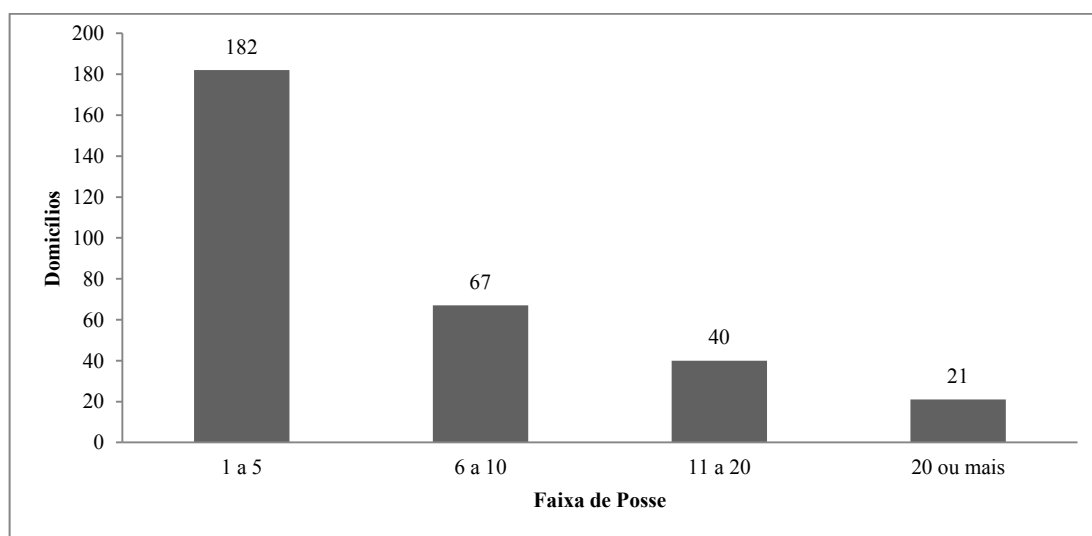
Afora este elemento peculiar, os padrinhos escolhidos para esta segunda filha fornecem importantes indícios sobre as estratégias para se firmarem como uma prestigiosa família da localidade. Como já dito, os padrinhos da primeira filha foram os “pais de criação” de Dona Teresa, os mesmos que agregaram o Capitão Jeremias: portanto, pode-se dizer uma escolha endogâmica que reforçava os laços já existentes. Para a segunda filha, Maria, os padrinhos também era um casal: o Cirurgião-Mor Antônio Pedro Vidigal de Barros e sua

mulher Dona Teresa Altina Sande de Barros, sucessor e herdeira de um importante potentado local, grande proprietário de terras, escravos e um dos mais proeminentes senhores de engenho da região (LEMOS, 2014). Assim, o casal recém-formado, primeiro recebe a benção daqueles que possibilitaram a sua união e depois, buscam firmar laços com importantes famílias da elite local, projetando-se nos principais círculos relacionais.

No ano de 1838, um novo recenseamento populacional é realizado, solicitando basicamente as mesmas informações de 1830, porém adicionada a escolaridade (saber ler e escrever ou não), o que se explica pelo momento político do período, marcado pelas disputas discursivas sobre a centralização política e consolidação das bases do Estado no Brasil Imperial (FERREIRA, 1999).

Na análise dos domicílios recenseados nesta documentação fica muito claro que o Capitão Jeremias Dias de Lana e Dona Teresa Felicíssima de Jesus herdaram a propriedade, bens e escravaria do Alferes Francisco Dias da Costa e sua esposa Dona Francisca de Paula e Lana, pois, chefe de seu domicílio em 1838, o Capitão Jeremias é proprietário de 25 escravos, numa ascensão exponencial de agregado à de grande senhor de escravos (Gráfico 2). Mas, não só esta proeminente mobilidade indica a herança recebida. Cruzando os efetivos escravos do Alferes Francisco Dias da Costa (1831) e do Capitão Jeremias Dias de Lana (1838), nota-se que dos 25 cativos do domicílio de 1838, 16 estavam listados em 1831.

Gráfico 2 – Domicílios por faixa de posse, freguesia de Piranga, Minas Gerais (1838).



Fonte: Arquivo Público Mineiro (Arquivo Público Mineiro). Listas Nominativas, 1840.

Não foram encontrados registro de óbitos, testamentos ou os inventários do casal que criou Dona Teresa, porém, evidências levam a crer que faleceram nos anos finais da década de 1830. Por exemplo, não foram recenseados em nenhum domicílio em 1838, nem mesmo nos distritos vizinhos, os últimos vestígios encontrados são dois apadrinhamentos nos anos de 1836 e 1837 e seus escravos estarem sob chefia de outro senhor.

Entretanto, um problema latente neste caso é a lei que proibia os expostos de herdar, conforme informa Maria Luiza Marcílio:

Pelas Ordenações [Filipinas], a adoção legal de crianças estava excluída; os expostos não poderiam herdar (nem os ilegítimos), exceto por vontade escrita dos pais, através de ato volitivo expresso em testamento, e mesmo assim, apenas na terça parte da herança, onde os testadores tinham poder de manifestar sua vontade. (MARCÍLIO, 2010, p.23)

Dona Teresa não podia ser a herdeira do casal e não há dúvidas de que 16 escravos, dado o valor médio de um escravo adulto no período, somavam uma quantia muito maior que a terça parte do montante-mór⁴, portanto, fica a pergunta: como se tornaram proprietários dos bens do Alferes Francisco e sua esposa?

A resposta desta trama exige um salto cronológico de quase 20 anos e entre tipologias documentais, partindo de finais da década de 1830 a meados dos anos 1850 e deixando para trás documentações censitárias e cartoriais, trazendo à discussão os Registros Paroquiais de Terra⁵ de Piranga, onde se encontrou a declaração feita, junto ao pároco, pelo Capitão Jeremias Dias de Lana.⁶

No dia 24 de janeiro de 1855 informou ser dono da Fazenda da Boa Vista no local chamado Boa Vista, distrito da Vila de Piranga. Sem mencionar a forma de acesso, apenas declarou sua área e os confrontantes, dentre os quais nomeou os “herdeiros do Alferes Francisco Dias da Costa e Dona Francisca de Paula e Lana, seus tios”. Por fim, além de sua assinatura, também assina “o genro do proprietário”, Silvério Ubaldo Martins Paiva.

⁴ A terça parte era o que podia ser legado livremente a despeito do direito sucessório. Ver: DURÃES, 1992.

⁵ Derivados da Lei de Terras de 1850 é a única documentação anterior aos dados do INCRA (1970) que possuem informações sobre a estrutura fundiária brasileira, o que lhe confere um caráter único (LINHARES; SILVA, 1981), além do que, foi o primeiro instrumento jurídico a regulamentar o acesso à propriedade fundiária, portanto, parte constituinte da “estratégia Saquarema de transição do trabalho, no bojo da modernização conservadora em curso no Brasil desde meados do século XIX” (GODOY e LOUREIRO, 2010).

⁶ Arquivo Público Mineiro, Registros Paroquiais de Terras 1854-1861, TP-1544-39, Declaração feita pelo Capitão Jeremias Dias de Lana.

As informações extraídas desta declaração abrem uma gama de novas possibilidades investigativas, porém, antes, permitem algumas reflexões sobre o complexo fenômeno da agregação na sociedade escravista brasileira (SAMARA, 1977; SAMARA, 1997) ao explicitar o grau de parentesco de um antigo agregado com o chefe do domicílio. Apesar de alguns estudos tentarem apontar o papel do agregado, seu lugar social e atividades econômicas desempenhadas ainda são desconhecidos. Ao mesmo tempo em que podem ser egressos do cativo que se juntam a um fogo em busca de proteção, também podem ser familiares à procura de ascensão, como foi no caso em estudo.

Ainda, este documento permite solucionar o problema da sucessão e herança dos bens do Alferes Francisco Dias da Costa e sua esposa posto acima. Se as Ordenações Filipinas não permitiam que Dona Teresa, “filha de criação” do casal, fosse herdeira dos mesmos, não havia impedimento na lei a um sobrinho de um casal sem herdeiros legítimos. Daí que, tramaram o casamento de ambos, contornando a norma e, indiretamente, elegendo uma herdeira impossibilitada.

Esta trama matrimonial suscita uma série de perguntas, dentre elas, sobre o lugar social do novo casal. Teriam sido eles “somente” herdeiros dos bens, ou também, sucessores aos quais, além das propriedades, legaram uma posição social a ser mantida? Já foram mencionadas algumas das estratégias de inserção nos principais círculos relacionais postas em práticas por Jeremias Dias de Lana e Teresa Felicíssima de Jesus, ao nomearem padrinhos de uma de suas filhas um reconhecido e proeminente casal da localidade. Todavia, cabe conhecer quem eles estavam apadrinhando, escrutinar o outro lado da moeda das práticas relacionais em busca de compreensão ao fenômeno da mobilidade e enraizamento social.

Tabela 2 – Legitimidade dos afilhados do casal Jeremias Dias de Lana e Teresa Felicíssima de Jesus, Matriz de Piranga – 1831 - 1870

Ano	Legitimidade					
	Legítimo		Natural		Exposto	
	Esposo	Esposa	Esposo	Esposa	Esposo	Esposa
1831	1	0	0	0	0	0
1835	1	1	0	0	0	0
1836	0	1	0	0	0	0
1837	1	0	0	0	0	0
1838	2	2	0	0	0	0

1839	2	2	0	0	0	0
1840	1	1	0	0	1	0
1841	2	2	0	0	0	0
1842	1	1	0	0	0	0
1843	2	3	0	0	0	0
1844	1	1	0	0	0	0
1845	1	1	0	0	0	0
1847	2	2	0	0	0	0
1848	1	1	0	0	0	0
1862	0	1	0	0	0	0
1863	0	0	0	1	0	0
1870	0	1	0	0	0	0
Total	18	20	0	1	1	0

Fonte: Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana – Paróquia de Piranga; Arquivo da Casa Paroquial de Piranga – Livros de batismo.

Ainda que os sacramentos em que um dos cônjuges atuou como padrinho se estenda até o ano de 1870 (Tabela 2), a grande maioria se concentra nas décadas de 1830 e 1840, num claro movimento de continuidade ritual aos sacramentos em que o Alferes Francisco Dias da Costa e Dona Francisca de Paula e Lana foram nomeados compadres, os quais se concentraram nas décadas de 1820 e 1830 (Tabela 1). Parece assim, que como na região norte de Portugal, o elemento central da reprodução social era a *casa* – espaço de habitação e vivência dos seus membros que unificava ao seu redor, a produção e o consumo, tornando inseparáveis as esferas econômicas e familiares no imaginário do camponês do Minho (PINACABRAL, 1986, p.38).

O que se presume é que o Capitão Jeremias Dias de Lana e sua esposa Dona Teresa Felicíssima, ao buscarem inserção na comunidade, reproduziam as bases relacionais do seu domicílio, como se a agência individual estivesse entrelaçada a reprodução domiciliar, o que se depreende dos aproximados índices de legitimidade dos afilhados dos dois casais (Tabelas 1 e 2). Ainda, percebeu-se que a cor/origem dos compadres de Jeremias e Teresa Felicíssima também incluíam indivíduos que não fossem brancos, dentre eles escravos e libertos.

Um dos compadres cativos que tiveram seus filhos apadrinhados pelo Capitão Jeremias Dias de Lana e Dona Teresa Felicíssima de Jesus, é o casal Miguel Congo e Joaquina Cabra, escravos de Dona Francisca de Paula e Lana, que batizaram a filha Fortunata

no dia 1º de novembro de 1838.⁷ Importante ressaltar que Fortunata não era a primeira e nem foi a última filha do casal batizada em cativo. Dois anos antes, no dia 26 de junho de 1836, também na Matriz de Piranga, batizou-se a filha Mariana, ocasião na qual, o proprietário declarado foi o Alferes Francisco Dias da Costa e em 1844, no batismo da filha Maria, o proprietário do casal era o Capitão Jeremias Dias de Lana. Além de demonstrar que eram cativos de vários senhores e permitir “colocar os pingos nos is” no ciclo de vida do Alferes Francisco Dias da Costa e sua esposa, há uma omissão narrativa que levanta importantes questões, relativamente recentes, sobre a escravidão no Brasil oitocentista: a precariedade da liberdade (CHALHOUB, 2012).

Há outro batismo de uma filha, Francisca, de Miguel Congo e Joaquina Cabra, sacramentado no dia 13 de dezembro de 1840. No livro de registros consta que somente Miguel era escravo do Capitão Jeremias Dias de Lana, enquanto a condição de Joaquina fora omitida, sem menção alguma se era livre, liberta ou forra. Novos traços se definem a esta possível liberdade alcançada por Joaquina numa análise detida nos nomes dos cativos recenseados no domicílio do Capitão Jeremias Dias de Lana no ano de 1838. Dentre os 25 escravos estão Miguel Congo e sua filha Fortunata Crioula, com um ano de idade, entretanto, sua mãe, a esposa de Miguel, Joaquina Cabra, não estava listada.

Na busca por Joaquina Cabra nesta documentação nominativa, foi encontrado um domicílio, vizinho ao do Capitão Jeremias, encabeçado por Venâncio Dias, pardo, carpinteiro, casado com Maria do Carmo, parda, costureira. Já mencionados neste trabalho, no ano de 1831 eram agregados no domicílio do Alferes Francisco Dias da Costa, o que sugere a acumulação de algum pecúlio e a possibilidade de constituir domicílio próprio, ou ainda, que com o falecimento do dito Alferes, receberam alguma porção de terras, o que se sustenta pela posição do domicílio na lista nominativa de 1838, sugerindo que são eles os confrontantes “herdeiros de seus tios” da Fazenda da Boa Vista, propriedade do Capitão Jeremias Dias de Lana, declarada em 1855.

No domicílio do pardo Venâncio Dias, além de sua esposa e quatro filhos, estão listados mais cinco libertos: Joaquim Crioulo, Josefa Benguela, Joaquim Benguela, Lauriana Crioula e, logo abaixo desta última, uma criança, Mariana Crioula, 2 anos de idade, sugerindo

⁷ AEAM, Paróquia de Piranga, Livro de batismo nº 11, p. 225v-226.

ser filha dela. Apesar de Lauriana ser um nome muito diferente de Joaquina, supõe-se tratar da esposa de Miguel Congo, pois, ao se cruzar os dois recenseamentos, constata-se que todos os outros libertos listados neste domicílio são antigos escravos do Alferes Francisco Dais da Costa, portanto, possivelmente, libertos alforriados em testamento. Por fim, para corroborar com a hipótese de que a Joaquina Cabra, por ora era Lauriana Crioula, há a criança Mariana, mesmo nome e idade que deveria ter a primeira filha de Miguel Congo, batizada em 1836.

Entretanto, como já citado, em 1844 uma nova filha do casal é batizada e Joaquina Cabra volta à condição de cativo, novamente declarada como escrava do Capitão Jeremias Dias de Lana. A imaginação histórica não deve levar em consideração que o dito Capitão a aferrolhou, contudo, permite refletir sobre o que Sidney Chalhoub no supracitado livro chamou de força da escravidão. Mesmo liberta e agregada em outro domicílio que não o do seu antigo senhor, na comunidade sua condição ainda era desconhecida, à qual, se junta o fato que, muito provavelmente, as terras do pardo Venâncio Dias eram vizinhas, ou mesmo dentro da propriedade do Capitão Jeremias Dias de Lana. Portanto, ainda que libertos, o reconhecimento social daqueles indivíduos recorrentemente era posto frente ao passado no cativo.

Novamente estas trajetórias analisadas trazem elementos para compreender o fenômeno da agregação numa sociedade escravista. Se Venâncio Dias de fato recebeu uma porção de terras do Alferes Francisco Dias da Costa, os limites sociais foram delimitados pela documentação censitária, a qual segregou um domicílio chefiado por um pardo e com agregados libertos daquele chefiado por um Capitão, com vasto efetivo escravo, situado no topo da hierarquia social. Porém, os limites produtivos, as relações de trabalho e de parentesco eram, por vezes, desconhecidas, pois, no universo do cotidiano, todos – brancos, pardos, cabras, crioulos e benguelas – conviviam e se reproduziam num mesmo espaço.

Um elemento que explicita este espaço miscigenado é o exemplo da família nascida no cativo, objeto desta narrativa. Em 1838, uma das filhas é recenseada cativa, no mesmo domicílio do pai, enquanto outra acompanhou a mãe para o domicílio dos libertos. Porém, esta separação de condição jurídica não minou a reprodução desta família, tanto que dois anos depois, nasce mais uma filha do casal e, como se sabe, esta família se perpetuou década de 1840 à dentro.

Entretanto, não se deve pensar que a convivência eximia tensões. A primeira filha de Miguel e Joaquina que nasce livre é apadrinhada pelo Alferes Francisco de Magalhães Canavazes e sua irmã Dona Joaquina de Magalhães Canavazes, os primeiros e únicos compadres, fora de seu núcleo senhorial, que tinham alguma patente e títulos honoríficos. A nomeação destes compadres pode ser interpretada como uma forma de afirmação da liberdade através de laços com outra elite de importante reconhecimento e distinção social na localidade.

Os padrinhos eram netos de um português, natural da freguesia de Santa Marinha dos Fornos, no Bispado do Porto, emigrado às Minas em algum momento entre as décadas de 1750 e 1760. Nos anos iniciais residiu em Itabira e Vila Rica e por fim se estabeleceu em Piranga, onde desenvolvia a atividade de boticário. Nesta localidade casou-se com uma moça nativa, Tomásia Rosa Santos, com quem teve dois filhos – um deles pai dos dois padrinhos – e cinco filhas.

Este português, também de nome Francisco de Magalhães Canavazes, morreu em 1791, deixando um monte-mór de 2:206\$116 (dois contos duzentos e seis mil cento e dezesseis réis), o qual, ainda que elevado, muito aquém dos montantes da riqueza dos principais membros da elite agrária da região (LEMOS, 2014). Em seu inventário são arrolados somente quatro escravos, uma variedade enorme de utensílios médicos, vidrarias e ervas que eram utilizadas em sua botica⁸, evidenciando que toda sua riqueza foi constituída pelos serviços de boticário por ele prestados à população do arraial de Piranga e seus arredores.

O filho mais velho, Antônio de Magalhães Canavazes, pai dos compadres de Miguel Congo e Joaquina Cabra, tornou-se sucessor do ofício de boticário, tornando-se Licenciado, ofício de quem desenvolvia procedimentos cirúrgicos. No recenseamento realizado em 1831, Antônio Magalhães Canavazes é listado como cirurgião e chefe de um domicílio onde coabita com sua esposa, Hipolita Norberta, 5 filhos e nenhum escravo. Porém, há três crioulos livres que também são recenseados em seu domicílio, provavelmente agregados que desenvolviam alguma atividade em sua botica. Nesta mesma listagem, outros filhos do boticário falecido em 1791 também são recenseados: Germana Clara Lucinda, costureira, aparece como cabeça de

⁸ Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, Códice 74, Auto 1572, 1º Ofício, Inventário dos bens do Ajudante Francisco de Magalhães Canavazes.

um domicílio em que reside seu irmão Elias, declarado como sacristão, e mais quatro escravos; Maria Apolônia e Maria Rosa aparecem casadas com pequenos lavradores, ocupadas em atividades ligadas à indústria têxtil e no pequeno comércio destes produtos.

Ainda que não pertencentes à elite escravista e econômica da localidade, estes *remediados senhores*, nem tão ricos e nem tão pobres (MALAQUIAS, 2014), eram uma das famílias mais escolhidas para apadrinhar: entre 1794 e 1843 foram 91 vezes nomeados como compadres. Diferente dos índices até aqui apresentados, vê-se nos padrões relacionais desta família uma expressiva presença de mães escravas e filhos naturais entre os seus afilhados (Tabela 3), todavia, um sargento, um Guarda-mor e um Capitão também os escolheram como compadres.

Tabela 3 – Legitimidade, cor/origem e condição dos afilhados da família Canavazes, Freguesia de Piranga, 1794 – 1843.

	Legítimo		Natural		Exposto	Total
	Pai	Mãe	Pai	Mãe	Criança	
Cor/Origem						
Em Branco	4	14	1	21	0	61
Branco	7	6	0	1	0	15
Crioulo	4	8	0	7	0	19
Pardo	6	8	0	9	0	23
Mina	1	0	0	0	0	1
Congo	1	0	0	0	0	1
Cabra	0	2	0	1	0	3
Benguela	3	1	0	2	0	6
Preto	1	0	0	0	0	1
Angola	0	0	0	1	0	1
Condição						
Em Branco	19	21	1	19	0	70
Livre	9	7	0	1	0	17
Escravo	4	5	0	17	0	26
Quartado	1	0	0	0	0	1
Forro	6	6	0	5	0	17
Total Legitimidade	39		42		10	

Fonte: Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana – Paróquia de Piranga; Arquivo da Casa Paroquial de Piranga – Livros de batismo.

Pode-se supor que os Canavazes situavam-se num estrato intermediário da hierarquia social e que, por isso, detinham o papel de integração religiosa e de assistir camadas mais baixas da população, tendo em vista que estavam ocupados no ofício de boticário, cirurgião e no comércio de pequeno trato. Tais atividades podem ter lhes transmitido a capacidade de construir uma clientela desde as camadas mais baixas da população às mais elevadas, o que permitiu a circulação entre os diversos estratos sociais.

Conhecido o perfil social desta família, ficam poucas dúvidas sobre a função que desempenharam ao serem nomeados compadres por Miguel Congo e Joaquina Cabra. Eram agentes da comunidade que estendiam suas redes de relações às camadas inferiores da hierarquia socioeconômica, possibilitando a estas terem os almejados *bons compadres*, que como trabalhos sobre o tema têm mostrado, não eram obrigatoriamente grandes proprietários de terra e ricos senhores, mas, muitas vezes, pessoas conhecidas, recorrentemente acionadas no cotidiano (HAMEISTER, 2006).

A este respeito, sabe-se que o Alferes Francisco de Magalhães Canavazes e sua irmã Dona Joaquina de Magalhães Canavazes, já há alguns anos atuavam no universo das senzalas. Em 1829, ambos e em 1831, somente o irmão, foram padrinhos de duas crianças nascidas de escravas de uma tal Dona Maria Luciana – moradora no arraial de Piranga –, mesmo nome da esposa do chefe do domicílio vizinho ao do Capitão Jeremias Dias de Lana. Entretanto, não há outras informações nas documentações que permitam avançar na pergunta se se tratam da mesma mulher. Em caso positivo, passar-se-ia a conjecturar o intercâmbio relacional entre senzalas vizinhas e um universo de ação microrregional dos irmãos Canavazes.

De todo modo, este último aspecto é um ponto a se considerar, pois, mesmo que Dona Maria Luciana não fosse vizinha do Capitão Jeremias Dias de Lana, é sabido que estes bons compadres continuaram naquelas redondezas, pois, em março de 1842, são escolhidos padrinhos de Cândida, filha natural de Helena Crioula, escrava do Capitão Jeremias Dias de Lana. Emerge-se aí uma antiga questão historiográfica, praticamente irresoluta, mas, que não deve, por isso, sair de cena: quem teria escolhido o Alferes Francisco de Magalhães Canavazes e sua irmã Dona Joaquina de Magalhães Canavazes como padrinhos, os próprios cativos ou o proprietário Capitão Jeremias Dias de Lana?

Não há uma resposta direta a esta pergunta e frustrou-se o leitor que estava preso a narrativa imaginando uma resposta. Poucas vezes as estratégias e escolhas estão plotadas na

capa de um *corpus* documental, sendo por isso, objetos de buscas através de métodos e técnicas indiretas que contornam o silêncio.

Uma possibilidade de resposta começa se pronunciar quando se retorna aos registros de batismo que deram origem a Tabela 3. Seguindo a ordem cronológica dos eventos, elenca-se num primeiro plano o batismo de Francisco, sacramentado na Matriz de Piranga no dia 8 de março de 1818, filho de Francisco Antônio de Sousa, casado com Ana Eugenia do Espírito Santo. Foram nomeados padrinhos o Licenciado Antônio de Magalhães Canavazes – pai dos padrinhos de duas crianças filhas de escravos do Capitão Jeremias Dias de Lana – e Dona Francisca de Paula e Lana, tia do dito Capitão.

Pouco mais de oito anos depois, estes mesmos padrinhos nomeados em 1818, voltam a atuar em conjunto. Porém, desta vez, no dia 19 de maio de 1826, os pais são o Capitão-mor Antônio Leandro Ferreira, branco, livre e sua esposa Maria de Lucena, branca, livre. Apesar de não ser fruto de escolhas próprias, muito provavelmente estes dois sacramentos aproximaram as duas famílias, pois, ainda atento aos dados originários da Tabela 3 averiguou-se que no dia 24 de junho de 1827, o Licenciado Antônio de Magalhães Canavazes foi padrinho de Mariana – filha natural de Josefa Benguela, escrava do Alferes Francisco Dias da Costa, esposo de Dona Francisca de Paula e Lana – juntamente com uma mulher de nome Joaquina com o sobrenome apagado em função da deterioração da documentação. Talvez sua filha.

Porém, levar somente isto em consideração é assumir que o senhor escolheu os padrinhos da filha de sua escrava. Todavia, cabe lembrar o ramo ocupacional que era desempenhado há gerações na família Canavazes e que Antônio de Magalhães Canavazes era um Licenciado. Assim, não é exagerado supor que esta vasta atuação como compadres entre escravos, forros e libertos, se deu através do ofício desempenhado. Conhecedores de técnicas e práticas medicinais deviam ter uma ampla ciência na manipulação de remédios caseiros que auxiliavam nos desconfortos naturais de uma gestação e poderiam se fazer presentes na hora do parto. Quem sabe, Dona Joaquina de Magalhães Canavazes fosse uma parteira. Nesta condição, em meio ao drama de um parto, tornou-se a mão e a luva da trama social imposta, pois, era ela bem quista e a aceita por senhores e escravos.

Desta forma, sobre quem teria escolhido os padrinhos, se sua mãe ou seus senhores, postula-se que a resposta resida nas tramas cotidianas e relações senhor e escravo. Josefa

Benguela, por mais que afirmem pudesse estar pesarosa em gestar uma criança que nasceu cativa e talvez morresse no cativo, se reproduzia socialmente e não somente o seu senhor prosperava sua força produtiva. Todavia, por mais que uma cativa gestante fosse menos produtiva que os outros e talvez nos dias que antecediam o parto e nos logo após, estivesse totalmente impossibilitada de trabalhar, ao se destacar a agência dos cativos, a historiografia não pode gerar um movimento interpretativo que passe por cima dos interesses dos senhores. Não é tarde para lembrar a principal assertiva do livro de Eugene Genovese, historiador que apresentou a escravidão do sul dos Estados Unidos sustentada por um sistema de dominação e trocas relacionais permeados pela constante negociação entre senhores e seus escravos (GENOVESE, 1972).

Josefa Benguela esperava pelo nascimento de sua filha, seus senhores também. Talvez, um Licenciado, conhecido da comunidade, transeunte entre o mundo dos escravos e dos senhores, foi convocado a auxiliar o parto, ou nos primeiros cuidados ao recém-nascido e sua mãe. Certamente era alguém que esteve presente nos dias que antecediam ao batismo e na ausência de outro, por circunstância de convivência diária, foi nomeado padrinho. Muitas vezes, o historiador preocupado em localizar conflitos e detectar tensões, se esquece de que muitos eventos cotidianos são circunstanciais, surgem de necessidades imediatas que não prescindem de uma grande trama estratégica.

Algumas conclusões

Legar a escolha dos padrinhos à contingência das banalidades momentâneas é fruto de um exercício reflexivo que tem como pano de fundo alguns conceitos caros a sociologia e antropologia, como a agência e estrutura (ORTNER, 2007), teorias sobre a prática e a ação individual (BOURDIEU, 2002), além de teses que refutaram clássicos argumentos como o de Karl Polanyi (1980) sobre o desenvolvimento do mercado capitalista, segundo este autor, destituído de regras e práticas costumeiras, sem interferência, assim, de instituições não-econômicas.

Autores como Mark Granovetter (1985) estão na linha de frente dos que argumentam que mesmo em sociedades de mercado, caracterizadas por sua racionalidade econômica, as práticas sociais estão imersas e tem papel ativo no desenvolvimento destes mercados. Por último, as bases destas teses fundamentaram-se num outro argumento postulado por Granovetter (1973) num artigo em que este autor fala da *força dos laços fracos*, comumente

preteridos nas análises sociológicas por não acionarem eventos de grande envergadura relacional, todavia, estruturam as sociedades em que se dão.

O cunhar desta noção também se aporta na literatura histórica e antropológica sobre a história da família (AUGUSTINS, 1982; MEDICK; SABEAN, 1988; SEGALEN, 1996), que salienta a heterogeneidade das estratégias familiares colocadas em prática em diferentes momentos do ciclo de vida, sem, contudo, esquecer daqueles autores que destrincharam os pormenores dos complexos sistemas sucessórios e a preservação de práticas e ideias no interior de núcleos domésticos (DURÃES, 1992; BACELLAR, 1997; LEVI, 2000).

Estas contingências do cotidiano nos conduzem a perceber a busca por perpetuação nestas trajetórias, diria, um ímpeto quase natural por reproduzir-se socialmente. É a partir desta ideia que se retoma o caso do Alferes Francisco Dias da Costa, o qual teve sua trajetória de vida no arraial de Piranga narrada e algumas hipóteses sobre suas estratégias familiares elencadas. Uma delas volta à cena, porém, adianta-se, não para rabiscar uma resposta, mas, para repensá-la à luz desta busca por reproduzir-se socialmente.

Em vista dos rumos atípicos que a vida da enjeitada Teresa tomou, conjecturou-se que o abandono na porta da casa do Alferes Francisco Dias da Costa foi uma forma encontrada pelo mesmo para velar uma paternidade oriunda de tratos ilícitos com outra mulher. Hesitações a esta hipótese persistirão até que novas documentações permitam uma outra narrativa histórica. Contudo, a esta altura, a paternidade biológica já não tem valor explicativo, pois, como se sabe, Teresa, portas adentro, foi criada como filha, integrada à família, inclusive casando-se com um sobrinho de seus “pais de criação”, um casamento arranjado para perpetuar a propriedade e os bens da *casa*, com um valor histórico singular.

Eventualmente, Teresa não nasceu de tratos ilícitos, mas, fosse o fruto de uma adoção encoberta por falso abandono, filha de alguma mãe sem condições de criar seus filhos, conhecida por muitos no arraial, com quem o Alferes Francisco Dais da Costa e sua esposa, forjaram este enredo. Ou ainda, pelas vias trágicas da interpretação, foi deixada ao relento em frente à porta da casa de seus futuros padrinhos. Independente do caminho percorrido – paternidade velada, adoção encoberta ou, realmente, uma criança enjeitada –, por todos eles, Teresa preencheu a ausência de filhos do casal.

A história deste núcleo domiciliar lembra a importância que a família tinha no passado brasileiro. Num contexto em que por vezes se sobrepunham interesses individuais e interesses familiares, não ter herdeiros era sacramentar o fim de uma linha sucessória. Ao perceber que por meios naturais não teria filhos, outras possibilidades rondaram o domicílio do Alferes Francisco Dias da Costa e, indissociáveis entre si, o reproduzir-se socialmente perpetuando o seu legado, trouxe Teresa à sua porta.

Porém, Teresa devia se casar. Imagina-se que o Alferes Francisco Dias da Costa tenha se movido neste sentido e é o que se pode inferir das relações de compadrio firmadas com o Capitão Antônio Teixeira Guimarães e o Tenente Tristão Nogueira da Silva, nos anos finais da década de 1820, provavelmente, buscando fortalecer laços com estas outras importantes famílias da localidade, mirando uma aliança matrimonial futura. Entretanto, Teresa era estigmatizada desde o batismo tornando árdua a procura por um esposo.

Em meio a esta difícil tarefa, agregou em seu domicílio um sobrinho que demonstrava suas capacidades e valor atuando como feitor da propriedade. Já casado, a ordem natural, muito provavelmente, faria dele o sucessor do Alferes Francisco e junto com sua esposa, herdeiros daquelas terras, numa conjuntura que deslocaria Teresa para o final da listagem nominativa, local reservado aos agregados. Contudo, o sobrinho enviuvou e assim, “o acaso supriu a resolução, e o premeditado cedeu o passo ao fortuito” (MACHADO DE ASSIS, 1973, p. 40), abrindo o caminho ao matrimônio de Teresa e a perpetuação da *casa* do Alferes Francisco.

A análise deste caso concreto mostra como a instituição familiar lançou mão de práticas consuetudinárias a sua perpetuação e estabilidade, elucidando que mesmo no universo das estratégias relacionais em sociedades altamente hierarquizadas, o premeditado estava em constante diálogo com o fortuito.

Referências bibliográficas

AUGUSTINS, Georges. Esquisse d'une comparaison de systèmes de perpétuation des groupes domestiques dans les sociétés européennes. **Archives Européennes de sociologie**. 23, 1982, p. 39-69.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Os senhores da terra: família e sistemas sucessórios entre os senhores de engenho do Oeste Paulista, 1765-1855.** Campinas: Centro de Memória-Unicamp, 1997.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX.** São Paulo: Annablume, 2001.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. Batismo e Compadrio de Escravos: Montes Claros (MG), século XIX. **Lócus: Revista de História, Juiz de Fora.** vol. 3, 1997, p. 108-115.

BOURDIEU, Pierre. **Esboço de uma teoria da prática**, precedido de três estudos de etnologia cabila. Oeiras: Celta, 2002.

BRÜGGER, Silva M. J. Crianças Expostas: um estudo da prática do enjeitamento em São João del Rei, séculos XVIII e XIX. **Topoi**, Rio de Janeiro. vol. 7, 2006, p. 116-146.

CARRARA, Ângelo Alves. **Minas e Currais: Produção rural e mercado interno de Minas Gerais – 1674-1807.** Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2007.

CAVAZZANI, André Luiz M. **Um estudo sobre a exposição e os expostos na Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba (Segunda metade do século XVIII).** Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná, 2005.

CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão. Ilegalidade e costume no Brasil oitocentista.** São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

DAMASCENO, Nicole de O. A. **Ser exposto: “a circulação de crianças” no termo de Mariana (1737-1828).** Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Ouro Preto, 2011.

DURÃES, M. No fim, não somos iguais: estratégias familiares na transmissão da propriedade e estatuto social. **Boletim de la Asociación de Demografía Histórica.** 10, 1992, p. 125-141.

FARINATTI, L. A. E. . A espada e a capela: relações de compadrio dos oficiais de milícia na fronteira meridional do Brasil (1816-1835). **História Unisinos.** vol. 16, 2012, p. 294-306.

FARINATTI, L. A. E.; MATHEUS, M. S. Sobre Angélica, José Maria e Jacinto: hierarquia social e padrinhos/madrinhas preferenciais escravos no sul do Brasil (1817-1845). In: KARSBURG, Alexandre de Oliveira; VANDRAME, Máira Inês; WEBER, Beatriz Teixeira; FARINATTI, Luís Augusto Ebling. (Orgs.). **Micro-história, trajetórias e imigração.** São Leopoldo: OIKOS EDITORA, 2015, p. 99-121.

FARINATTI, L. A. E.; VARGAS, J. M. Elites regionais, guerra e compadrio: a família Ribeiro de Almeida e suas redes de relações (Rio Grande do Sul, 1816-1844). **Topoi**, Rio de Janeiro. vol. 15, 2014, p. 389-413.

- FERREIRA, Gabriela Nunes. **Centralização e Descentralização no Império**: o debate entre Tavares Bastos e Visconde de Uruguai. SP: Editora 34, 1999.
- FIGUEIREDO, Luciano R. A. **O avesso da memória**: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII. Brasília: J. Olympio/Ed. Unb, 1993.
- GENOVESE, Eugene D. **Roll, Jordan, Roll**: The world the Slaves Made. New York: Vintage Books, 1972.
- GODOY, Marcelo Magalhães; LOUREIRO, Pedro Mendes. Os registros paroquiais de terra na história e na historiografia – estudo da apropriação fundiária na província de Minas Gerais segundo outra metodologia para o tratamento do primeiro cadastro geral de terras do Brasil. **História Econômica & História das Empresas**. XIII, 2010, p. 95-132.
- GRANOVETTER, Mark. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. **American Journal of Sociology**. 91, 1985, p. 481-510.
- GRANOVETTER, Mark. The Strength of Weak Ties. **American Journal of Sociology**. 78, 1973, p. 1360-1380.
- HAMEISTER, Martha Daisson. **Para dar calor à nova povoação**: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila do Rio Grande (1738-1763). Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.
- LEMOS, Gusthavo. **Minas da Terra**: família, produção da riqueza e dinâmica do espaço em zona de fronteira agrícola. Minas Gerais, 1800-1856. São Paulo: Annablume, 2014.
- LEVI, G. **A herança imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e trabalho em uma economia escravista**: Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- LINHARES, Maria Y. L.; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **História da agricultura brasileira**: Combates e controvérsias. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.
- MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. **A Mão e a Luva**. São Paulo: Editora Ática, 1973.
- MALAQUIAS, Carlos de Oliveira. **Remediados senhores**: pequenos escravistas na freguesia de São José do Rio das Mortes, c.1790 c.1844. Tese De Doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais, 2014.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. A criança abandonada na história de Portugal e Brasil. In: VENÂNCIO, Renato Pinto. **Uma história social do abandono de crianças**: de Portugal ao Brasil: séculos XVIII-XX. São Paulo: Alameda; Editora PUC Minas, 2010, p. 13-37.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. **Caiçara**: terra e população. São Paulo: Paulinas, CEDHAL, 1986.

- MARCÍLIO, Maria Luiza. **História Social da Criança Abandonada**. São Paulo: HUCITEC, 1998.
- MARTINS, R. B. **Growing in silence**: the slave economy of nineteenth-century Minas Gerais, Brazil. Tese de Doutorado, Nashville, Vanderbilt University, 1980.
- MEDICK, H; SABEAN, D.W. (eds.). **Interest and emotion**: essays on the study of family and kinship. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
- ORTNER, Sherry. Poder e projetos: reflexões sobre a agência. In: GROSSI, Miriam Pillar, ECKERT, Cornelia, FRY, Peter Henry (orgs.). **Conferências e práticas antropológicas**. Blumenau: Nova Letra, 2007, p. 45-80.
- PAIVA, C. A.; ARNAUT, L. D. H. Fontes para o estudo de minas oitocentista: listas Nominativas. In: **V SEMINÁRIO SOBRE ECONOMIA MINEIRA**. Diamantina: Belo Horizonte: UFMG/ CEDEPLAR, 1990, p. 85-106.
- PAULA, Thiago do Nascimento Torres de. **Teias de caridade e o lugar social dos expostos da Freguesia de N^a Sr^a da Apresentação** – Capitania do Rio Grande do Norte, século XVIII. Dissertação de Mestrado), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2009.
- PINA-CABRAL, João de. **Sons of Adam, Daughters of Eve**: the peasant worldview of the Alto Minho. Oxford: Clarendon Press, 1986.
- POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- PRIORE, Mary Lucy Murray del. **A História das Crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999.
- RODARTE, Mario Marcos Sampaio. **O trabalho do fogo**: domicílios ou famílias do passado – Minas Gerais, 1830. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.
- SAMARA, Eni de Mesquita. A família no Brasil: história e historiografia. **História Revista**, Goiânia. II, 1997, p. 7-21.
- SAMARA, Eni. M. **O papel do agregado na região de Itu (1780-1830)**. São Paulo: Museu Paulista, 1977.
- SCOTT, Ana Silvia Volpi; BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Crianças abandonadas em áreas sem assistência institucional. In: VENÂNCIO, Renato Pinto. **Uma história social do abandono de crianças**: de Portugal ao Brasil: séculos XVIII-XX. São Paulo: Alameda; Editora PUC Minas, 2010, p. 56-84.
- SEGALEN, M. **Historical anthropology of the family**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

SILVA, Jonathan Fachini da. **Os filhos do destino**: a exposição e os expostos na Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre (1772 – 1837). Dissertação de Mestrado, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2014.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Família e abandono de crianças em uma comunidade camponesa de Minas Gerais: 1775-1875. **Diálogos**. vol. 4, 2000, p. 111-123.

VENÂNCIO, Renato Pinto; SOUSA, Maria José Ferro de; PEREIRA, Maria Teresa Gonçalves. O Compadre Governador: redes de compadrio em Vila Rica de fins do século XVIII. **Revista Brasileira de História**, São Paulo. vol. 26, 2006, p. 273-294.

Recebido em 26/10/ 2018

Aprovado em 12/ 12/ 2018